

A INTERNET COMO UM NOVO AMBIENTE PARA ATUAÇÃO DE REDES CÍVICAS

Fernanda de Almeida¹

Beatriz Junqueira Lage Carbone²

Resumo

No bojo das projeções em larga escala das ações civis, podemos destacar dois modelos de atuação: os Fóruns Sociais Mundiais e os Movimentos Sociais contra os Organismos Geneticamente Modificados (transgênicos), que emergem como atores onde se pode perceber o duplo movimento que se dá entre o local e o global nas ações cívicas. Nos propomos analisar como as novas tecnologias de informação associadas ao uso da internet conferem a tais atores um novo ambiente para a articulação de suas demandas e, conseqüentemente reconfiguram a dinâmica de seus ativismos. Desta maneira, podemos argüir que as análises de redes ativistas na Internet nos permitem perceber o jogo político traçado entre o global e o local.

Palavras Chaves: Internet, redes cívicas.

I. INTRODUÇÃO

O tema da globalização é permeado por um intenso pluralismo metodológico que dá origem a uma diversidade de teorias sobre a atual fase deste processo e suas conseqüências para democracia e a participação política em um mundo de relações em crescente interdependência. Pode-se encontrar na literatura um consenso sobre uma divisão principal entre estas teorias. Gómez sintetiza as correntes que analisam a globalização mostrando uma divergência primordial entre os pensadores da área; de um lado, os que concebem a fase atual da globalização como ruptura com o passado, em que se destacam os transformacionistas; de outro, os que a entendem como uma continuidade histórica com precedentes similares no passado: os cépticos (GÓMEZ, 2000). Muitos dos autores ditos transformacionistas, entendem que as mudanças operadas no sistema internacional, pela proliferação de instituições e organizações, e a maneira que as sociedades vêm se posicionando em relação a este novo espaço político fornecem indicadores de uma

¹Mestranda em Ciência Política, Unicamp – Campinas.

²Mestranda em Ciência Política, Unicamp – Campinas.

sociedade civil em processo de internacionalização (McGREW, 2000; KECK e SIKKINK, 1998).

A teoria construtivista das Relações Internacionais incorpora esta dimensão ao considerar os atores não estatais, como Organizações Não Governamentais e Conglomerados Multinacionais enquanto agentes importantes nos processos políticos que cercam a governança global. No entanto, como bem aponta Gómez, há uma efervescência de trabalhos na ciência política que se preocupam em analisar em que medida o fenômeno da globalização ameaça a validade dos princípios constitutivos do Estado-Nação - soberania, autonomia, territorialidade e cidadania. Em recente trabalho sobre o tema Ballestrin (2007) aponta o surgimento do que a autora considera como um

revival do pensamento kantiano de “Á Paz Perpétua” que fornece novo fôlego para a Teoria Crítica e inspira as novas Teorias Cosmopolitas da Democracia, cuja preocupação nuclear é a necessidade de estruturar as bases representativas e participativas de sustentação política da nova ordem mundial (op.cit., p. 08).

A sociologia contorna o conceito de sociedade civil por meio do paradigma dos velhos e novos movimentos sociais, em que a mudança de ideologia, valores e atores nas mobilizações pós década de 70, mostram contorno de uma sociedade civil em processo de internacionalização (HABERMAS, 1982; SHAW, 2002).

Como as idéias de globalização e governança, a noção de uma sociedade civil mundial também se encontra em disputa na dinâmica reflexiva dos atores que compõem a realidade e fazem a teoria (BALLESTRIN, 2007). Sua importância é aqui destacada uma vez que, as outras categorias analíticas que perfazem a análise da participação civil em tempos de globalização (HELD, 2002), dependem de como a teoria se posiciona em relação a noção de sociedade civil global. Estas abordagens são aqui levantadas por dois motivos metodológicos: primeiro evitar um erro que Dagnino, considera presente hoje na teoria de sociedade civil: o fato de se utilizar o conceito para legitimar projetos políticos completamente antagônicos (DAGNINO, et all, 2006)e, segundo porque ao se estudar aqui ações públicas de bases internacionais, recorreremos simultaneamente às três áreas de saber acima citadas, a fim de situar as ditas ações em relação aos conceitos sobre participação política, hoje encontrados na literatura sobre globalização, a saber: contentious politics

(TARROW, 2001), movimentos sociais transnacionais (TARROW, 2001), redes de ativistas transnacionais (KECK e SIKKINK, 1998), e redes cívicas (CASTELLS, 2006).

Excelentes *locus* de estudos, representativos deste tipo de participação, os Fóruns Sociais Mundiais e os Movimentos Sociais contra os Organismos Geneticamente Modificados (transgênicos) emergem de modo a se poder perceber o duplo movimento que se dá entre o local e o global nas ações cívicas.

Com isto os objetivos desta proposta são: analisar como as novas tecnologias de informação associadas ao uso da internet conferem a movimentos sociais e a fóruns internacionais um novo ambiente para a articulação de suas demandas, conseqüentemente reconfiguram a dinâmica de seus ativismos e, fornecem aos cientistas políticos e sociais recursos para estudá-los em tempo real.

II. A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA ENTRE O LOCAL E O GLOBAL: Conceitos para a análise

José Maria Gómez parte de uma concepção de globalização em termos de transformação da organização espacial das relações sociais e privilegiamento das relações e exercício de poder á distância, dentro e para além dos Estados nacionais. A fim de caracterizar seu pensamento o autor cita a seguinte passagem de McGrew:

fica claro que globalização não é o mesmo que internacionalização. É possível concebê-la como um processo que envolve mais que simples fluxos e conexões através dos estados-nação e fronteiras territoriais nacionais (MCGREW, p. 58, apud GOMEZ, 2000).

Esta conceituação de globalização traz duas considerações importantes. Primeiro a globalização implica numa mudança histórica fundamental na escala das relações econômicas e sociais contemporâneas. Segundo, constitui-se não uma condição, mas um processo multidimensional em que o crescimento dos padrões de interconexão global alcança todos os domínios institucionais-chaves da vida social moderna (econômico, cultural, tecnológico, político, legal, ambiental e social), *embora cada um deles possua escala, intensidade, dinâmica e impactos diferentes (GÓMEZ, 2000, p.20)*. Em outras palavras observa-se, como um dos resultados destas relações e fluxos um “esticamento” das

relações de poder, de tal maneira que os lugares, sujeitos e exercícios deste último tornam-se crescentemente distantes dos sujeitos ou locais que experimentam suas conseqüências (GÓMEZ, 2000).

À medida que estas relações se desenvolvem por meio de uma complexa *desterritorialização e reterritorialização* do poder econômico, político e social, é possível observar-se conseqüências diretas sobre as práticas da soberania, e da democracia (GÓMEZ, 2000).

Estas implicações têm levado diversos autores a se questionar sobre a permanência das noções de soberania (entendida como pilar da autonomia decisória sobre um território conferido ao Estado moderno) democracia, comunidade política, ordem internacional, tal como foram definidas em relação ao Estado- Nação e idealizadas pós Vestifália³.

Profundamente alinhado á corrente transformacionista, Gómez, propõe que embora o Estado-nação continue a ser o ator fundamental das relações internacionais, do mesmo modo como as fronteiras territoriais conservem uma importância decisiva nos planos: econômico, político, militar e simbólico, *há apontamentos que permitem argumentar a idéia de que a democracia esteja relacionada a possibilidade histórica e a necessidade normativa de sua ampliação para além das fronteiras* (GÓMEZ, 2000, p.21). Para o autor estes desafios conduzem á emergência de uma ordem mundial Pós-Vestifália,

Uma ordem mundial bem menos estadocêntrica, em que se percebe o deslocamento da noção tradicional de soberania como ilimitada, indivisível, e exclusiva do poder político, pelo reconhecimento fático de que, hoje em dia, a soberania “já se divide entre um certo número de agência -nacionais, regionais e internacionais- sendo limitada pela própria natureza dessa pluralidade (op. cit; p.22.).

Os defensores desta corrente (transformacionista) argumentam que a variedade sem precedentes de fenômenos supraterritoriais, dentre os quais se destacam a emergência de novas áreas desterritorializadas de organização econômica e política e a explosão e difusão de identidades culturais⁴, são reveladoras de extrema porosidade dos limites territoriais (SCHOLTE, 1996, apud GÓMEZ, 2000).

³ Vide Murphy, in Velasco (2002), Shaw (2002).

⁴ Religiosas, de classe capitalista transnacional, de solidariedade racial, de gênero, de cultura jovem, de preferências sexuais e identidades supra-estatais no plano regional.

Os argumentos em desacordo com esta visão, a saber, os céticos, contestam as evidências empíricas do caráter inédito da globalização, bem como discordam da idéia de que a soberania e a autonomia do Estado-Nação estejam mais comprometidas e ameaçadas do que estiveram anteriormente (GÓMEZ, 2000). Ao contrário, sustentam que os recursos a disposição do Estado no período seguinte ao pós-guerra que lhe permitem implementar as políticas de bem estar social, e mais recentemente os ditos ajustes estruturais, demonstram que a importância do Estado, ao contrario, cresceu nas últimas décadas. Os dispositivos criados para facilitar e regular os processos de globalização, e até, para criar as condições de liberalização da economia política internacional atual, para esta corrente teórica, refletem o aumento de poder e de atribuições ao redor do Estado (GÓMEZ, 2000).

Nesse sentido, a globalização desestabiliza as fundações políticas da ordem de Vestifália ao minar a correspondência histórica e analítica entre democracia e o Estado-Nação (GÓMEZ, 2000).

A intensificação, e a aceleração das interconexões globais e regionais em curso, geram conseqüências transformadoras sobre as práticas da cidadania, uma vez que ameaçam a idéia de identidade nacional, e, portanto abalam as bases de legitimidade da democracia de base territorial(idem). Os transformacionistas, afirmam que os impactos da globalização atingiram em profundidade a cidadania democrática na sua dupla natureza: como modo de legitimação da democracia e como meio de integração social (ibidem).

A perda do sentido de pertencimento á comunidade nacional “de origem e destino”, dada pela redução da importância da identidade nacional como elemento constituidor da cidadania, abala a função da cidadania enquanto legitimadora da delegação da autoridade, por meio do voto representativo, a um governo comum. Como coloca Gómez, ao citar Scholte:

Dito de outro modo sob estas condições, multiplicam-se de maneira simultânea e superposta fenômenos de homogeneização, localismo, desterritorialização, renacionalização e fragmentação das identidades coletivas, o que as torna multifacetadas, fluidas, ambíguas e em profundo processo de transformação (SCHOLTE, 1996, apud GÓMEZ, 2000).

Isto não quer dizer que a identidade nacional deixou de ser importante, mas que a identificação com a nação é mais uma entre tantas identidades que os povos hoje constroem

(GÓMEZ, 2000). Outras identidades, relacionadas a gênero, etnia, classe social, de raça ou de preferência sexual, que não estão enraizadas no apego a um território particular, são agora extremamente significativas (idem)⁵.

Frente a isto, Held (2002), pergunta sobre a possibilidade da regulação entendido pelas pessoas em um mundo em que o poder é exercido progressivamente em um escala transnacional e até global. O que nos leva a pensar no sentido da democracia frente uma época sob as condições atuais de organização social, em que pessoas se organizam em grupos que não mais se restringem as fronteiras do território nacional.

Gómez, entende esta nova sociedade como resultante dos avanços do consumismo capitalista global, dos efeitos da hibridização cultural, em que são construídos nas palavras de Featherstone, 1996 e de Canclini, 1995, complexos e abstratos sistemas de destinos que ligam comunidades e povos das mais distantes regiões do planeta (Featherstone, e Canclini, apud, 2000).

Para tais autores, pode-se dizer que os processos de globalização desestabilizam as identidades coletivas essencialistas baseadas em concepções territoriais do “nós” e dos “outros”, ao mesmo tempo que desencadeiam uma dinâmica de diferenciação em torno e para além do princípio de nacionalidade, contribuindo, para a constituição e expansão de um espaço político global (GÓMEZ, 2000). O que é salientado pela *proliferação e expansão da jurisdição de instituições multilaterais e da crescente internacionalização do processo decisório nas esferas global e regional, assim como pelas novas obrigações incorporados pelo direito internacional* (op. cit.p., 24).

A segunda dimensão entendida como alterada pela globalização, a cidadania como fator de coesão, remete, justamente ao surgimento destes novos atores no sistema internacional. Segundo Bull, o sistema internacional ou sistema de Estados é formado pela interação entre dois ou mais estados desde que suficiente para que um leve em conta em suas decisões as ações ou possibilidade de ações do outro (BULL, p. 9-10, 1977). É este em larga medida, o elemento de cálculo que leva a formação de um sistema, podendo ser os relacionamentos diretos (interação entre parceiros comerciais ou competidores em determinados assunto) ou indiretos (impacto que um ator isolado causa no sistema como um todo).

⁵ Vide Offe (1985), Touraine (1985), Habermas (1982).

Muitos teóricos das relações internacionais, buscaram traçar uma perspectiva histórica da relação entre democracia e Estado-nação a fim de comparar a cidadania nestas fases e as características encontradas hoje em suas manifestações frente a democracia liberal (HELD, 2002). Argumenta-se, no entanto, que a ação por parte da sociedade civil, a medida em que esta percebe junto às intuições internacionais, recursos para suas demandas sejam elas domésticas ou transnacionais, cria um novo espaço de atuação política como nos termos propostos por Gómez..

Há que se fazer, no entanto, algumas ressalvas em relação a esta teoria, primeiro o declínio da importância da identidade nacional e o “jogo das identidades” é um fenômeno que não atinge a todas as sociedades da mesma forma. Assim como nem todas as pessoas respondem da mesma forma a mudança de motivações (HANNIGAN, 1995). É este um ponto também não explicado na abordagem destes autores, como se dá a reconfiguração das motivações sociais. Defende-se aqui, que o surgimento das agências internacionais não modifica as ideologias das sociedades pós-industriais, na medida em que estas são resultados da história recente dos países de capitalismo avançado, e consideravelmente mais expressivas nos mesmos. As organizações assumem, neste sentido, um duplo papel: atores do sistema internacional, e espaço político constantemente buscado pela sociedade civil. Acredita-se aqui, ser esta busca por um novo alvo de demandas o principal fator que desconstrói as bases da identidade e da congruência.

Pode-se argumentar que esta institucionalização do sistema internacional vem contribuindo para o aprofundamento da internacionalização de relações sociais internacionais e conseqüentemente para a formação da sociedade global, uma vez que esta além de ser governada pelos ditames das políticas nacionais é também regida pelas outras esferas do sistema internacional, a saber: pelas instituições, que definem comportamentos estatais; organizações internacionais, que regulam relações entre estados; bem como pelos atores transnacionais que influenciam no processo de formulação de políticas públicas a nível local e global.

Desta maneira, na dimensão tecnológica, analisaremos os discursos dos atores ativistas em duas páginas diferentes na Internet tomando como referência os aspectos contextuais semio-discursivos, dentre os quais elegemos a tematização (os conteúdos presentes na interdiscursividade) e a forma discursiva (se é dialógica, descritiva,

argumentativa ou retórica). Pois assim, uma vez articulado na linguagem, o conhecimento pode ser transmitido entre os indivíduos.

Dessa maneira, segundo Marteleto (2001), poderemos ter acesso às crenças, valores e perspectivas políticas dos dois grupos estudados. *É importante lembrar que [é] a interação entre o conhecimento tácito e explícito [o fator] que permitirá a criação de novos conhecimentos.* Assim, Nonaka e Takeuchi (1997, p. 67 apud Marteleto, 2001) afirmam que *o modelo dinâmico da criação do conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito.* Estes autores, corroborados por Marteleto, denominam essa interação de "conversão do conhecimento", chamando a atenção para a importância de visualizar essa conversão como um *processo 'social' entre indivíduos e não confinada dentro de um indivíduo* (idem).

Assim as redes sociais se mantêm valendo-se de tais interações entre diversos indivíduos para a criação de novos conhecimentos. Onde, prevalece uma linguagem e uma cultura comuns, oriundas dos próprios interesses.

III. REDES

Com base em tais análises preliminares, podemos pensar nas redes como *instrumentos apropriados para a economia capitalista, baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada.* Fenômenos que levam Castells (2006) a afirmar que as redes, ao menos para as sociedades do fim do século XX, constituem a base material a partir da qual o paradigma da tecnologia da informação tem podido se expandir e penetrar em toda a estrutura social, afetando até mesmo aspectos culturais e as relações de poder de forma profunda.

Portanto, a noção de rede enfatiza as relações entre diversidades que se integram, fluxos de elementos que circulam nessas relações, laços que potencializam a sinergia coletiva e auto-alimentação nas trocas de informação entre os atores. Nos quais cada elemento concorre para a reprodução do outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam através de toda a rede.

Segundo Marteleto (2001), no âmbito das redes sociais tais conexões e interações podem ocorrer pelo contato direto (face a face) e pelo contato indireto - utilizando-se um veículo mediador, como a Internet, o telefone, ou outro meio. Enfim, podemos dizer que redes sociais envolvem um conjunto de atores que mantêm ligações entre si, onde, tais conexões, sejam através de discursos, bate-papos, charges, artigos, etc, são todos eles, meios de conexão lingüística.

Nesse sentido, podemos observar que os movimentos citados acima passaram a constituir o que podemos chamar de Redes Cívicas⁶, cujos *sistemas abertos altamente dinâmicos e suscetíveis de inovação sem ameaças ao seu equilíbrio* (CASTELLS, 2006 p.567) nos têm garantido ambientes para análises que, num foco metodológico macro sociológico tem resultado em esboços arquitetônicos que podem nos ajudar a perceber as micro fissuras nas inter-relações entre os atores desses movimentos e, sobretudo, nos ajudar a avaliar os parâmetros utilizados que resultam em efeitos positivos no plano global.

Com base em seu dinamismo, as redes, dentro do ambiente das organizações da sociedade civil, como ONGs e Movimentos Sociais, funcionam como espaços para o compartilhamento de informação e do conhecimento.

A partir do desenvolvimento dos meios de comunicação, principalmente depois da Internet, as relações sociais em uma rede refletem a realidade ao seu redor e, na contramão, sua influência. Devido a essa dimensão, Wellman (2001) verifica, na rede, a existência de uma identidade singular em determinada situação, dada a relação do discurso com o meio, e a escolha das palavras para tanto.

IV. FSM

Desde 2001, Porto Alegre representa no mundo uma alternativa política no que diz respeito ao neoliberalismo em escala global. Assim, Porto Alegre tem sido o símbolo do Fórum Social Mundial (FSM) e, em um aspecto mais profundo, de grandes máquinas para criar e coordenar projetos para contestar a globalização neoliberal em sua extensão.

⁶As Redes Cívicas podem ser definidas como *estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho)* (CASTELLS, 2006, p. 566).

Segundo Gadotti (2004) até o presente ano ocorreram 7 edições do FSM, os quais têm em comum, uma história que remonta, pelo menos, ao Fórum Global 92, que se reuniu durante a realização da Rio-92. Eles se constituem de movimentos em torno de causas e ações globais⁷. O próprio Fórum Social Mundial é um desses movimentos globais, fruto da luta organizada destes atores em busca da construção de um novo internacionalismo e de novas formas de fazer política.

Os pilares do movimento do FSM são as organizações civis, as ONGs e quaisquer movimentos sociais e/ou humanitários como redes associativas contratados em ações, que trabalham com ações desafios globais, como direitos humanos, a pobreza, a crise ecológica, social, o desemprego, a fome, o analfabetismo, a saúde, o lixo, a água, etc. Ações que combinam, necessariamente, com iniciativas locais, até mesmo porque, segundo Gadotti (2004) e muitos outros autores concordam que as políticas globais têm conseqüências no nível local e no nível individual. Assim, tais redes que se formaram em torno dessas questões preocupam-se em apresentar alternativas ao globalismo de forma propositiva e respeitosa das diferenças. Dessa forma, podemos afirmar que o que é particularmente novo nesse movimento é a afirmação do respeito à diversidade, à diferença e à busca do entendimento para alcançar a meta comum.

Assim, ao contrário da forma tradicionalmente hierárquica de fazer política, de exercer o poder, os Fóruns se constituíram em redes solidárias, privilegiando o encontro, o diálogo, o debate e a colaboração. Dessa forma, conforme a análise de Gadotti (2004), eles reduzem os conflitos provados na "luta interna" pelo poder hierárquico, o que nos faz pensar acerca de sua eficácia na luta política.

Com essa breve descrição da forma de agir e se organizar dos Fóruns, passamos analisar pontualmente alguns elementos produzidos por esse ator: o site do Fórum na Internet⁸, e aspectos da Carta de Princípios do Fórum que orienta suas ações e identidade.

⁷ Gadotti (2004) define por ação global *uma ação que catalisa, para a qual convergem muitas ações de movimentos. O FSM é, por excelência, uma ação global, envolvendo muitas redes de movimentos em muitos países, com vistas à superação do modelo de globalização capitalista, essa globalização perversa, estágio superior do imperialismo, que nos ilude, que nos faz crer que estamos realmente nos comunicando com todo o mundo, que nos faz pensar que todos fazemos parte da globalização. Na verdade, o mundo só está melhor hoje para as grandes corporações, pois um bilhão de pessoas está passando fome e quase um bilhão de pessoas são analfabetas (p., 05).*

⁸<http://www.forumsocialmundial.org.br>

Exploraremos a imbricação de ambos de modo a orientarem em uma nova forma de se “fazer política”.

Segundo Aguiton (2005), o grande sucesso do FSM vem assinalando que estes não são fenômenos passageiros, mas são agora “o” espaço e o lugar habilitado para atrair ativistas de todas as partes do mundo todo. Assim, podemos recordar que Jürgen Habermas, desde a década de 60, nos alertava acerca de uma esfera informal, de uma "esfera pública virtual" que lembra muito hoje o que está acontecendo com a Internet, tão utilizada pelos Fóruns.

Nesse sentido, Jai Sen (2007) defende a tese de que os eventos anuais, regionais e mais importante, on-line do “Fórum Social Mundial” (que está em um lugar 365 dias no ano) são um “sucesso” porque estão atuando como um espaço público onde incontáveis pessoas o utilizam como um espaço de convergências, encontros e trocas.

IV.I LINGUAGEM DO SITE E DOCUMENTO DO FORUM

O FSM, enquanto uma extensa rede de “trocas”, como definiu Whitaker (2005), está construído sobre uma base cultural⁹ marcada pela solidariedade, que orienta seus posicionamentos políticos para “finalidades universais”, como por exemplo, “para um mundo melhor”, tal como Byrd (2005) demonstrou em sua tese.

Segundo Sen (2002) essa base cultural emerge do envolvimento de inúmeras culturas políticas. *Apesar de nomeadas por si só como o fórum “social” mundial, o fórum é a priori uma idéia política, e seus fundadores e agora líderes também anunciaram claramente certo vocabulário, gramática e cultura política por ele construída.* Seus autores têm também codificado sua visão com uma declaração singular (a “Carta de Princípios do Fórum”), com demandas e regras singulares (tais como a oposição á globalização neoliberal sendo um pré-requisito básico para todos aqueles que quiserem entrar no espaço aberto).

Segundo Andreotti (2004), a Carta de Princípios além de revelar o traço ético do Fórum, reflete também os ideais a serem conquistados nas inter-relações entre as ONGs e Movimentos Sociais que dele participam. Em linhas gerais a Carta estabelece 14 pontos que

⁹Entende-se por “base cultural”, o mesmo que Almond (1965) sugere para definir “cultura política”, ou seja, um conjunto de orientações políticas subjetivas que poderiam explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores, tendo como referencial os objetos da política.

orientam os participantes do Fórum acerca de suas características e aspirações, sempre buscando negar as tradicionais práticas políticas, onde há disputas pelo poder, disputas por hegemonia, e onde as minorias não são respeitadas por suas diferenças.

Assim, ela orienta para que o FSM seja um movimento plural, diversificado, não-confessional, a-partidário, descentralizado, e não se constitua enquanto locus de poder a ser disputado em seus encontros anuais. Sendo assim, a análise de Biagiadotti (2004) poderá nos auxiliar quanto a organização segundo tópicos da Carta: Princípios 1, 4 e 12 fazem referência ao princípio ideológico do Fórum e traça críticas ao neo-liberalismo; Princípio 3 expressa o internacionalismo do Fórum; Princípios 5 e 10 revela ambições universalistas; Princípios 7, 8, 9 e 11 abertura para a participação de outros movimentos; Princípios 13 e 14 demonstram o traço pluralista do Fórum e dissemina alternativas para serem seguidas; Princípio 2 explicita que cada edição do Fórum pode apresentar resultados próprios que podem ser de caráter mais local ou global.

Jai Sen (2002) também realizou uma avaliação da mesma e chegou a seguinte conclusão: *o Fórum é em si um reflexo da Web ou das redes, onde os workshops, seminários, conferências testemunhos que o constituem são todos ligados (hiperlink) uns aos outros* (op.cit, p.03). Segundo o autor, essa a forma de organização revela a cultura do Fórum, uma cultura de participações políticas das ONGs e movimentos sociais que trabalham em comum acordo.

Assim, além das edições anuais, a Carta de Princípios também orienta indiretamente o FSM a estar on-line 365 dias no ano, para informar e convidar cotidianamente os mais diversos atores a participar de seus eventos e ações políticas. Através da disponibilização em quatro línguas diferentes, o site tem por objetivo englobar diversos atores de diferentes regiões em um só propósito, o qual se apresenta no topo da página em letras garrafais “UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL”.

O site do FSM preocupa-se também em disponibilizar seu histórico de eventos, ações e documentos, de modo a envolver seu leitor com sua genealogia. Desta maneira, segundo Davenport e Prusak (1998 apud Marteleto, 2001), algumas barreiras para a transferência do conhecimento nas organizações, tais como a falta de confiança mútua, diferentes culturas, vocabulários e quadros de referência distintos, podem ser superadas na

medida em que se conhece profundamente o ator com quem deseja compartilhar informações e ideologias.

O uso de um vocabulário considerado “ativista”, com o emprego de palavras de ordem não faz parte da página de abertura do site do Fórum, porém, podem ser encontrados em alguns documentos e artigos produzidos por seus participantes. Nesse caso, a liberdade de expressão é garantida.

Jorge Durão (2002) foi um dos autores que se dedicou a essa questão. Assim, utilizando Bourdieu, afirma:

estamos há anos submersos na dominação de um imperialismo cultural que criou uma "estranha novilíngua cujo vocabulário, aparentemente sem origem, está em todas as bocas: "globalização", "flexibilidade"; "governabilidade" e empregabilidade"; "underclass" e "exclusão"; "nova economia" e "tolerância zero"; "comunitarismo", "multiculturalismo" e seus primos "pós-modernos", "etnicidade", "minoridade", "identidade", "fragmentação" etc. A difusão dessa nova vulgata planetária - da qual estão notavelmente ausentes capitalismo, classe, exploração, dominação, desigualdade, e tantos vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de presumida impertinência (grifo meu, Jorge Durão) - é produto de um imperialismo apropriadamente simbólico".(op.cit, p.02)

Assim, uma novidade importante do Fórum é a disponibilização de múltiplos referenciais lingüísticos e a desuniformização de um único discurso em inúmeros discursos sem referenciais concretos, o que tem sido positivo, pois, além de concordar com sua Carta de Princípios, também amplia o leque de discussões e atores participantes.

Por fim, notamos que as ações e manifestações do FSM tanto reais quanto virtuais carregam consigo e se dispõem a agir em conformidade com a sua Carta de Princípios, garantindo assim a continuidade de um novo modelo político.

V. MOVIMENTO SOCIAL CONTRA OS TRANSGÊNICOS

Algumas mobilizações de pessoas em diferentes países ao redor de desastres ou riscos ambientais, demonstram como o crescimento destes problemas vêm conectando a

vida das pessoas. Certamente, isto não é o mesmo que dizer que todas as formas de poluição e de problemas ambientais possuem agora escala global.

Uma boa parte da poluição, por exemplo, é ainda local ou restrita a uma região. Contudo, a maior parte dos problemas relacionados a poluição e ao meio ambiente tem se expandido consideravelmente nos últimos trinta anos do último século, e têm continuado a crescer (YEARLEY, 2000, p. 375-376).

Alguns problemas podem plausivelmente serem apresentados como globais pela sua própria natureza, no sentido de que é do interesse de todos se oporem a estes problemas, ao menos virtualmente. Nas palavras de Yearley: *a sense of global identity is supposed to promote the idea that we face environmental hazards together* (YEARLEY, 2000, p.377). No entanto, é enganoso pensar que a conscientização em relação a tais problemas seja harmoniosa (idem). Algumas situações são causadas por pessoas em uma parte do globo remetendo seus problemas a outras, como no caso do lixo tóxico. Além disso, as pessoas em diferentes regiões vivem em ambientes com diferentes níveis de qualidade ambiental (ibidem). De forma que a noção universalista dos desastres ambientais, nem de longe é automática e espontânea, ao contrário, depende da confluência de outras variáveis (OFFE, 1985; HANNIGAN, 1995).

É necessário relacionar os desastres e conflitos ambientais à política econômica, ao modo de produção, ao comércio e à regulação nacional/internacional (YEARLEY, 2000). Em outras palavras, tais problemáticas somente assumem uma dimensão global pelo encaminhamento das atividades econômicas e pelos resultados das reivindicações políticas. Há que se lembrar ainda, que em determinados casos, como no movimento social contra os transgênicos, estudado a seguir, os efeitos de uma intervenção ambiental somente são sentidos por pessoas de diferentes nacionalidades por meio do comércio.

O comércio de transgênicos é alvo de coordenação internacional devido a necessidade de padronização de vários procedimentos relacionados à sua produção, manipulação e avaliação de riscos. Neste último plano constata-se uma grande divergência de cunho marcadamente político quanto aos princípios a serem adotados como referências internacionais (DREZNER, 2002). Contudo, a regulamentação proposta pelo Regime Comercial, prevalece nas relações multilaterais de comércio, contrariando sobremaneira a postura defendida por atores da sociedade civil internacional (SAFRIN, 2002). Sem terem

suas demandas atendidas, suas ações a fim de manifestar sua discordância em relação às determinações da OMC caracterizam a formação de um Movimento Social Transnacional.

Segundo a definição clássica, dada por Touraine, Movimentos Sociais são definidos por conflitos sociais, em que se percebem atores claramente em disputa sobre o controle de recursos, ou frente a rupturas de ideologias antes predominantes em certas sociedades. (TOURAINÉ, 1982). Para Touraine, sua formação depende de um rompimento com valores culturais predominantes ou a contestação de regras institucionais. Logo, para entender um movimento social é fundamental compreender as mudanças pelas quais passaram as sociedades das quais estes são uma representação, sem, contudo perder de vista os conflitos da mesma.

Para Offe os Novos Movimentos Sociais¹⁰ são representativos desta primeira característica. Estes, não se desenvolvem em espaços institucionalizados por regras e atores estatais. Por terem demandas que não são mais particulares, mas sim públicas estes buscam o reconhecimento de sua legitimidade pela demonstração da importância da causa para a sociedade. Justamente, estas ações fundamentam e chamam atenção para a legitimidade de suas reivindicações por meio da ênfase no universalismo das mesmas: a preocupação com o meio ambiente, com os direitos humanos, paz, são extensíveis a toda a sociedade (OFFE, 1985; HABERMAS, 1982).

No caso dos transgênicos se observa a organização de uma série de atores da sociedade de vários países europeus, coordenada por ONGs internacionais, que não contestam os Estados Nacionais em si, quanto a legislação da qual discordam, mas que tem por alvo organizações internacionais- Organização Mundial do Comércio, Organização Mundial da Saúde e atores transnacionais como grandes conglomerados envolvidos em atividades de processamento de transgênicos. O conflito da-se entre atores da sociedade civil e atores do sistema internacional. Os conflitos são percebidos em termos de ameaça ao modo de vida dos sujeitos atuantes e da manutenção da sua própria identidade cultural. Isto se intensifica se é percebida a possibilidade de acarretamento de riscos ao bem estar dos indivíduos.

¹⁰ Nos movimentos típicos do velho paradigma, a arena era claramente definida como um espaço com regras de comum acordo para que a negociação em torno da demanda privada de um grupo pudesse se estabelecer, de modo que nenhuma das partes pudesse usar seu poder a fim de impor seus interesses (OFFE, 1985, TOURAINÉ, 1985).

Já o campo da ação contra o comércio livre de transgênicos, mesmo possuindo bases de ação transnacionais e tendo por lema principal a proteção ao meio ambiente e a segurança alimentar, como exposto intensivamente nos sites das ONGs ambientalistas, assume formas de atuação completamente distintas nos diferentes países. Ilustrativo desta afirmação é o modo como a campanha contra o consumo de transgênicos é realizada na França, onde o discurso assume um viés muito mais centrado nos riscos ao consumo que ao apelo a causas universais como a perda da biodiversidade.

Em França, a ação atinge uma preocupação que seus cidadãos possuem desde tempos antigos em relação a produção de alimentos, devido a problemas ocorridos no passado como o desabastecimento do pós segunda guerra mundial. Os discursos se referem quase sempre aos OGMs, exclusivamente como alimentos, “empurrados” a fim de enganá-los. As classes média e alta são o público alvo por excelência, e têm seus medos explorados no discurso dos ativistas exposto nos sites das ONGs, e nos fóruns de discussão . A cooptação, se dá em referência á identificação que estas pessoas possuem em relação ao comércio dos transgênicos, a medida em que seu comércio, uma vez não possuindo a avaliação de risco compreendida como seguras por estes atores, contesta seus valores e ameaçam atributos de suas culturas. Em relação a isto, Katzenstein acrescenta: *Em algumas situações normas atuam como regras que definem a identidade do ator, possuindo efeitos constitutivos que especificam quais ações irão causar o reconhecimento de uma identidade particular* (katzenstein, apud, Kick e Sicking,p.42 1997). Nas considerações de Kick e Sikkink, as ações dos ativistas na organização de uma ação contra os consumo de transgênicos, perfaz uma rede de ativistas¹¹, mais que um movimento

As redes também promovem a implementação de normas pressionando certos atores a adotarem novas políticas, e monitorando a confiança nos padrões internacionais. Na medida do possível, elas procuram maximizar sua influência sobre o alvo de suas ações. Ao fazê-lo elas contribuem para a mudar a percepção tanto de atores como da sociedade como do Estado possam ter sobre suas identidades, interesses, e preferências, transformando suas posições e ultimamente

¹¹ Redes de ativistas são significantes transnacionalmente e domesticamente. Ao construírem novos contatos entre atores da sociedade civil, estados, e organizações internacionais, eles multiplicam o canal de acessos ao sistema internacional. Em algumas áreas como meio ambiente e direitos humanos, eles ainda tornam alguns recursos disponíveis a novos atores na política doméstica e nos conflitos sociais (Kick e Sicking, 1997, p.43-44).

mudando procedimentos, políticas e comportamentos (op. cit. p. 43-44).

No entanto, como bem coloca McGrew (2002), algumas ações políticas dificilmente se enquadram perfeitamente nas estruturas analíticas das teorias da globalização. Neste caso, dada sua natureza e os valores buscados a ação assume a forma, a estrutura de um movimento social (imerso no novo paradigma), enquanto assume a seu tempo, uma forma de atuação comum às redes de ativistas e às redes cívicas.

Como afirmam as autoras redes são estruturas comunicativas (idem). Nesse sentido, a mídia exerce um papel fundamental na mobilização popular. Especial destaque foi concedido às notícias que denunciavam desastres relacionados ao plantio de transgênicos (SAFRIN, 2002). Casos de fracassos em testes de laboratórios foram explorados, seguindo a estratégia de criação de bichos-papões. Exemplo disto, é a popularização de um termo inicialmente criado no Reino Unido, “frankenfoods”, nestes países e usado em referência aos riscos associados aos transgênicos por cidadãos de vários países europeus, inclusive os franceses.

Mais ainda, para aumentar seu poder de influência não é raro observar ativistas que se engajam em grandes comunidades políticas que agrupam atores sob uma variedade de perspectivas institucionais e de valores.

VI. CONCLUSÕES

Desta maneira, as conexões entre ONGs e Movimentos Sociais que compõem o movimento contra os organismos geneticamente modificados e os atores do Fórum Social Mundial garantem, no cenário político, bons fragmentos de discursos reveladores não só de sua identidade, mas também de sua cultura política, nos quais, vimos através da presente proposta demonstrar como as análises de redes ativistas na Internet nos permitem perceber o jogo político traçado entre discurso e prática

Como, no ciberespaço, o meio mais comum de deslocamento é orientado por texto, segundo Ariel (s/d):

a língua utilizada pelo usuário para se orientar acaba sendo um elemento topográfico importante no ciberespaço, elemento esse que pode fazer com que indivíduos que

podariam compartilhar de uma mesma associação jamais venham a se conhecer (op.cit., p. 06).

Assim, grandes Sites, como o do FSM podem ser vistos como localidades dentro do espaço virtual, onde, a organização estruturada de seus meios materiais, tecnológicos, simbólicos e relacionais que os modelam, a partir de suas características próprias, como o uso de uma linguagem específica, a disponibilização da página em outras línguas, etc, influem nos comportamentos e nas condutas sociais (afetivas e relacionais), cognitivas, comunicativas dos sujeitos que dele utilizam como os atores que participam do Fórum.

Estas ações são expoentes da reconfiguração da política internacional gerado pelos processos de globalização que acirram a interdependência entre os atores da sociedade civil dita em processo de internacionalização, Estados e atores do Sistema Internacional. De modo que, neste caso, a dita fase da globalização em nenhum momento contribui para redução da congruência ou dimensão da representação, e tampouco ameaça a participação política. Ao contrário, a participação das sociedades locais na organização de demandas contra regulamentações internacionais, para além de seus governos, e o fato de possuírem por alvo atores internacionais, cria um novo espaço de atuação política.

Por fim, podemos dizer que o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação, possibilitando conferências em rede e via Internet, representam o mais novo território onde uma nova safra de pesquisadores atua, e que, fazendo uso dessas novas tecnologias, engrossam as fileiras de usuários de novas metodologias e lócus de pesquisa.

Sentimos-nos fazendo parte desse novo *métier* no sentido de que nossas pesquisas se desenvolvem paralelamente à maneira como os movimentos sociais e ONGs vêm fazendo uso dessas novas tecnologias, em especial, da Internet, para darem vazão à seus ativismos e articulações políticas.

VII. REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

AGUITON, Christophe. “Mapping the Movement”, in *Development Review* 48:2, 2005.

ANDREOTTI, Vanessa e DOWLING, Emma. “WSF, ethics and pedagogy”, in
Publicações da *UNESCO*, 2004.

ARIEL, G. Foina “O Urbano na Rede: Como a Teoria Sociológica Urbana Pode Ler as

- Cidades do Ciberespaço”, in <http://www.unb.br/ics/sol/urbanidades/arielfoia.htm>, s/d, acessado em 22/02/2007.
- BALLESTRIN, L.M.A. “Sociedade civil internacional: um conceito incipiente de uma realidade já tardia, ou, Esboço para uma idéia de Associativismo Transnacional”, in *31º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. ST 33 TEORIA SOCIAL: A ATUALIDADE BRASILEIRA*, 22 A 26 DE OUTUBRO, CAXAMBU, MG, 2007.
- BIAGIADOTTI, Isabelle. “The World Social Forums. A paradoxical application of participatory doctrine”, in Publicações da UNESCO, 2004.
- BYRD, Scott C. *The Porto Alegre Consensus: Emergence and Evolution of the World Social Fórum*, Dissertação de Mestrado apresentada a Faculty of the Oklahoma State University, 2005.
- BULL, Hedley. *The Anarchical Society*. Londres, Macmillan, 1977.
- CASTELL, Manuel. *A Sociedade em Rede*, São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2006.
- CHANDLER, David. “Back to the future? The limits of neo-Wilsonian ideals of exporting democracy”, in *Review of International Studies*, no.32 p.475-494, 2006.
- DREZNER, Daniel. “State Power and The Structure of Global Regulation”, in *Annual Meeting of American Political Science Association*, São Francisco, Setembro, Vol:2, 2001.
- DURAO, Jorge. “Começando o balanço do Fórum Social Mundial: Que é o Fórum Social Mundial?” in www.forumsocialmundial.org.br, 14/08/2002, acessado em 10/02/2006.
- GADOTTI, Moacir. “Informação, conhecimento e sociedade em rede”, in *Fórum Paulo Freire - IV Encontro internacional - Caminhando para uma Cidadania Multicultural*, Universidade do Porto, 19 a 22 de setembro de 2004.
- GÓMEZ, José Maria. *Política e Democracia em Tempos de Globalização*. Vozes, Petrópolis, 2000.
- HABERMAS, Jurgen. *New Social Movements. Studies in Contemporary German Social Thought*. The MIT Press, Cambridge, 1982.
- HELD, David. *Democracy and the Global Order: From the Modern State to Cosmopolitan Governance*. Polity Press, Londres, 2002.
- HUNTINGTON S.P. “Transnational organizations in world politics”, in *World Polit.* Vol.25:333–68, 1973.

- KECK, Margaret E; SIKKINK. Kathryn. *Activists Beyond Borders. Advocacy Networks in International Politics*. Nova York, Cornell University Press, 1998.
- MARTELETO, Regina Maria. “Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação”, in *Revista Ciência da Informação* 30:1, Brasília, 2001.
- MCGREW, Anthony, “Democracy beyond borders?”, in Held, David; McGrew, Anthony, *The Global Transformation Reader*, Cambridge, Polity Press, 2000.
- OFFE, Claus. “New Social Movements: Challenging the Boundaries of Institutional Politics”, in *Social Research*. Vol. 52, No.4, 1985.
- SEN, Jai. “On Building Another World. Or: are other globalisation possible? The World Social Forum as an instrument of global democratisation”, in *Paper for the NIGD (Network Institute for Global Democratisation) Seminar at the World Social Forum, on Global Democracy? A north-south Dialogue*, Porto Alegre, 2002.
- _____. “The World Social Forum as an emergent learning process”, in *Futures* 39, 2007.
- SHAW, Martin. *Theory of the Global State*. Cambridge University Press, 2002.
- TARROW, Sidney. “Transnational Politics: Contention and Institutions in International Politics.”, in *Annual Review of Political Science*. Vol.4: 1-21, 2001
- TOURAINÉ, Alan. “An Introduction to the Study of Social Movements”, in *Social Research*, Vol. 52, No.4, 1985.
- VELASCO. Sebastião C. e C. *Globalização, Democracia e Ordem Internacional*. Ed. UNICAMP/Ed. UNESP, 2004.
- WELLMAN, B. “Physical Place and Cyberplace: the rise of personalized networking”, in *International Journal of Urban and Regional Research*, V.25 (2), Oxford, 2001.
- WHITAKER, Francisco. *O desafio do Fórum Social Mundial: um modo de ver*, São Paulo: Ed. Loyola, 2005.